

Pastore: medidas adiadas até um acerto com o FMI.

itg
Externa
Brasil não vai receber em março a primeira das quatro parcelas de US\$ 400 milhões prometidas pelo FMI para este ano, dentro do programa de financiamento ampliado (a longo prazo). A confirmação é do próprio presidente do Banco Central, Afonso Pastore, que reconheceu estar havendo uma mudança no rumo das negociações com o Fundo.

Uma prova dessas mudanças, segundo Pastore, foi a decisão tomada ontem pelo Conselho Monetário Nacional, que adiou a aprovação dos orçamentos dos bancos federais, até mesmo do Banco do Brasil, praticamente deixando-a para o governo Tancredo Neves. E Pastore antecipou também uma das prováveis mudanças: abandonar a meta original de expansão da base monetária para 85, que era de 60%, já que essa expansão deverá mesmo ser bem maior.

O presidente do Banco Central explicou que o atual governo mantém os entendimentos com o FMI para justificar os desvios na expansão monetária e no déficit público ao longo do último trimestre de 1984. Com base nessas justificativas, os técnicos do FMI e da área econômica do Brasil analisarão a conveniência de revisão das metas contidas na sétima carta de intenções, em tramitação com sérias restrições no setor técnico do Fundo. "Desses entendimentos, pode resultar a revisão marginal, maior ou menor, das metas apresentadas. Então, eventualmente, o CMN pode elevar o teto aprovado de expansão monetária de 60%, o que tornou inconveniente a aprovação imediata dos orçamentos anuais dos bancos federais por ficarem sujeitos a mudanças nos próximos dias" — observou Pastore.

Impasses

Segundo ele, com toda a retaguarda em Brasília, a missão técnica em Washington procurou o acerto rápido com o FMI, mas o sinal verde ao programa econômico brasileiro para este ano "pode demorar dez, 15 ou 20 dias". Caso o FMI dê resposta favorável em menos de 15 dias, Pastore disse que, ainda neste governo, o CMN terá outra reunião. Do contrário, o novo governo assumirá já com a incumbência de tocar os entendimentos com FMI, Clube de Paris e bancos privados, e ainda a de aprovar os recursos de que os bancos federais vão dispor para o restante do ano.

Na prática, o Banco do Brasil e os demais bancos federais — Banco Nacional da Habitação, Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e So-

cial, Banco do Nordeste do Brasil e Banco da Amazônia — continuarão a trabalhar com tetos mensais de aplicações, fixados pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, com o respaldo do Banco Central.

Em razão dos impasses com o FMI, o presidente do Banco Central reiterou que, em sua reunião de ontem, de pouco mais de duas horas, o CMN "não tratou de qualquer assunto de política econômica".

Na argumentação de Pastore, falta apenas o piscar da luz verde do FMI. Quando isso acontecer, o FMI comunicará a programação de saques brasileiros do financiamento ampliado, os bancos confirmarão a aceitação da proposta de renegociação e emitirão telex a toda a comunidade financeira internacional e o público interno também conhecerá a disponibilidade para este ano de recursos dos bancos federais.

"A não ser que o novo governo desista do acordo já encaminhado, será muito fácil o Brasil fechar a renegociação com todos os credores externos, a partir do sinal positivo do FMI. Será questão de apenas enviar telex e preparar a assinatura dos contratos com os bancos"

"Ritmo normal"

O diretor da Área Externa do Banco Central, José Carlos Madeira Serrano, disse que o adiamento da conclusão da renegociação da dívida externa do País junto ao Fundo, bancos privados e Clube de Paris tem o lado positivo de permitir ao governo Tancredo Neves mudar, eventualmente, os termos do acordo proposto pelo Brasil aos credores.

Enquanto Pastore garantia que os entendimentos com os credores externos "estão caminhando bem", Madeira Serrano acrescentou que "tudo segue no ritmo normal". Na renegociação da dívida junto aos bancos privados, o diretor do Banco Central explicou: "O pacote está montado e, em princípio, o acordo fechado, faltando apenas o arremate formal dos pontos meramente administrativos e não negociais, como a aprovação das metas econômicas brasileiras para este ano".

Madeira Serrano afirmou que o atual governo realiza todos os esforços para deixar a renegociação concluída até 15 de março, porém, reconheceu que, pela "lei natural das coisas", em duas semanas, será impossível obter do FMI a aprovação às metas em negociação do programa de ajuste econômico para 1985, e ainda arrematar a renegociação plurianual da dívida com os bancos privados.